



PREFEITURA DE
TAUÁ

Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Tauá
Secretaria de Proteção Social Cidadania e
Direitos Humanos



PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01.04.001/2024-SPS

O Ordenador de Despesas da Secretaria de Proteção Social, Cidadania e Direitos Humanos vem abrir o presente processo de Inexigibilidade de Licitação para a Locação de imóvel destinado ao funcionamento do CRAS Barra Nova, conforme especificações constantes do documentos que compõem este processo.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Inexigibilidade de Licitação tem como base legal o disposto no art. 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/21.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A razão desta contratação se deve ao fato do imóvel atender satisfatoriamente as necessidades da Administração, sobretudo, no que se refere à localização, infraestrutura física, logística e utilidade, fator determinante para a sua escolha, como forma de assegurar a continuidade do serviço público na sua essência.

Também, cuidamos de observar o preenchimento dos requisitos determinados pelo art. 74, inciso V e o § 5º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 14.133/21, in verbis:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

§ 5º Nas contratações com fundamento no inciso V do caput deste artigo, devem ser observados os seguintes requisitos:



I - avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos;

II - certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto;

III - justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela.

Assim, pelas razões acima expostas e com arrimo no art. 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/21, no parecer jurídico da lavra da nossa assessoria, bem como em toda a documentação técnica e probatória que compõem estes autos, resta devidamente justificada a referida contratação.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O preço da referida locação se deu em função da avaliação prévia feita pela Comissão designada pela Prefeitura Municipal de Tauá-CE, para esta finalidade, que recaiu sobre o imóvel com as especificações abaixo, cujo valor guarda coerência com a realidade de mercado.

INFORMAÇÕES SOBRE O IMÓVEL	
TIPO	Imóvel residencial
ÁREA	81,00 m ²
ENDEREÇO	Rodovia Juscelino Kubistchek – BR020, Vila de Bom Jesus, Tauá-CE
VALOR MENSAL	349,12 (trezentos e quarenta e nove reais e doze centavos)
PRAZO	12 meses
PROPRIETÁRIO	KELRI DE OLINDA DA SILVA
ENDEREÇO	Rua Fausto Barreto, 21, Alto Brillhante, Tauá-CE
CPF	058.642.863-11



PREFEITURA DE
TAUÁ

Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Tauá
Secretaria de Proteção Social Cidadania e
Direitos Humanos



Tauá/CE, 01 de abril de 2024.

ADRIANO LIMA MARINHO
Ordenador de Despesas da Secretaria de
Proteção Social, Cidadania e Direitos Humanos de Tauá – CE
Matrícula: 3447



PREFEITURA DE
TAUÁ

Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Tauá
Secretaria de Proteção Social Cidadania e
Direitos Humanos



DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O(a) Ordenador(a) de Despesa da Secretaria de Proteção Social, Cidadania e Direitos Humanos, do município de Tauá – CE, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01.04.001/2024-SPS, e o parecer da Assessoria Jurídica, vem emitir a presente declaração de Inexigibilidade de Licitação, amparada no 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/21, para Locação de imóvel destinado à Secretaria de Proteção Social, Cidadania e Direitos Humanos de Tauá, conforme especificações em anexo, parte integrante deste processo.

O valor da locação importa na quantia mensal de R\$ 349,12 (trezentos e quarenta e nove reais e doze centavos), perfazendo o valor global de R\$ 4.189,44 (quatro mil, cento e oitenta e nove reais e quarenta e quatro centavos), para o período de 12 (doze) meses.

Tauá/CE, 01 de abril de 2024.

ADRIANO LIMA MARINHO
Ordenador de Despesas da Secretaria de
Proteção Social, Cidadania e Direitos Humanos de Tauá – CE
Matrícula: 3447